

ASPECTOS DA CRÍTICA LITERÁRIA DE MACHADO DE ASSIS

GABRIELA KVACEK BETELLA*

RESUMO: Escrevendo sobre literatura, Machado de Assis discute alguns problemas de interesse para a investigação acerca das formas de representação literária num "país novo". O crítico abandona polêmicas e declarações ineficientes para analisar, por exemplo, as idéias estrangeiras importadas pelos intelectuais brasileiros do século XIX, as condições do meio literário e a função política do escritor.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Crítica e Literária; Nacionalidade e Universalidade

I

Toda a obra de Machado de Assis – romance, conto, poesia, crônica e crítica – articula-se como fragmentos de um projeto literário singular, construído ativa, árdua e pacientemente. O autor começou a escrever em prosa fazendo crítica literária. No fim da década de 1860 sua produção poética e contística era abundante e, no entanto, sua crítica era mais conhecida e extremamente considerada. A partir de 1875, o escritor vai se afastando progressivamente da crítica literária, em favor de uma literatura crítica, cético em relação às formas diretas de intervenção cultural e política.

O primeiro ensaio crítico é de 1858: "O passado, o presente e o futuro da literatura". Guarda atualidade porque passa em revista temas importantes, como a relação entre política e literatura; as condições da literatura brasileira na fase colonial e início da independência, a questão da influência estrangeira no teatro, no romance e na poesia que se produziam no país, a qualidade do que era traduzido, etc.¹ Apesar de conter algumas afirmações muito breves – o próprio Machado dirá, dois anos mais tarde, no artigo "O jornal e o livro", que seu

* Pós-graduanda do curso de especialização do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP.

⁽¹⁾ V. FACIOLI, "Várias histórias para um homem célebre", in A. BOSI et al., *Machado de Assis*, São Paulo, Ática, 1982, p. 18-19.

primeiro trabalho estava cheio de "idéias muito metafísicas e vaporosas"² – pode-se dizer que o artigo propõe questões cruciais que seguiram e continuam debatidas no cenário brasileiro, latino-americano e mundial, como a discussão acerca do caráter nacional da literatura e das formas de representação da realidade de um país colonizado e independente. Desde os primeiros artigos de Machado sobre arte, poesia, literatura e críticas de assunto cotidiano, o que se observa, além da sensibilidade que emana dos seus textos, é uma capacidade de estar atualizado com o que aparecia no cenário nacional. Contudo, a característica que talvez mais impressione, principalmente nos artigos publicados entre 1860 e 1875, é uma indiscutível consciência das possibilidades mais práticas da literatura e, sobretudo, da literatura nacional. Combativo, porém tolerante, o crítico deixava transparecer, nos escritos desse período, a imparcialidade. A literatura não estaria condenada à dependência das influências estrangeiras, nem deveria abolir os modelos; o texto crítico machadiano procurou apontar os problemas e as soluções no âmbito estético, utilizando-se mais da doutrina do que da polêmica (muito comum entre os críticos da época). Além dessa consciência vivaz acerca dos problemas de uma literatura nascente, havia também o empenho na defesa da importância da crítica no sistema literário.

Creio que os ensaios capitais são "Instinto de nacionalidade" e "A nova geração". No entanto, em algumas análises de obras de autoria diversa (como a *Lira dos Vinte Anos*, de Álvares de Azevedo, *Iracema* e *O Guarani*, de José de Alencar, entre outras) também pode ser observada a perspicácia que chega a incluir noções de sistema literário e alguns aspectos do processo criador. Isso sem mencionar as críticas a Eça de Queirós, que se aprofundam nos problemas do Realismo e da estética do romance. A consciência de Machado quanto à formação de uma literatura que incorpore na estrutura das obras a realidade social permite a discussão de certos pontos dessa "política literária": a questão da influência, dos modelos e da dialética entre o localismo e o cosmopolitismo enquanto problemas relacionados ao desenvolvimento do caráter nacional da literatura brasileira.

2

Machado parecia notar a descontinuidade que reinava sobre as reflexões na vida intelectual brasileira, fato, aliás, presente entre nós em todos os tempos, conseqüência de um interesse extremo pelas produções estrangeiras recentes e do desinteresse pela produção local imediatamente anterior.³ Além disso, o crítico percebeu muito cedo os tons da questão das "influências poderosas" de outras literaturas sobre a brasileira. A princípio, suas idéias voltam-se para a influência da literatura portuguesa; no artigo de 1858 ("O passado, o presente e o futuro da literatura"), chega a esboçar uma diferenciação entre duas formas literárias:

⁽²⁾ M. de ASSIS, *Obras Completas*, org. Afrânio Coutinho, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1992, v. 3, p. 947. As referências que seguem trazem, entre parênteses, somente o título do artigo, se necessário, e a(s) página(s) deste volume e edição.

⁽³⁾ R. SCHWARZ, "Nacional por subtração", in *Que Horas São?*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 30.

A poesia [...] tinha um caráter essencialmente europeu. Gonzaga, um dos mais líricos poetas da língua portuguesa, pintava cenas da Arcádia, na frase de Garrett, em vez de dar uma cor local às suas liras, em vez de dar-lhes um cunho puramente nacional. Daqui uma grande perda: a literatura escravizava-se, em vez de criar um estilo seu, de modo a poder mais tarde influir no equilíbrio literário da América.

[...] Para contrabalançar, porém, esse fato cujos resultados podiam ser funestos, como uma valiosa exceção apareceu *O Uruguai* de Basílio da Gama. Sem trilhar a senda seguida pelos outros, Gama escreveu um poema, se não puramente nacional, ao menos nada europeu. Não era nacional, porque era indígena, e a poesia indígena, bárbara [...], não é a poesia nacional (p. 785).

Nota-se neste contraponto uma estranha brevidade nas observações, talvez justificada pela época do artigo, que precede a fase de jornalista liberal combatente; tudo isso ainda está distante do crítico que assumiria, nos anos 70, uma posição menos inflamada e mais distante dos credos da época. Em 1879, no “Instinto de nacionalidade”, Machado reformula as considerações sobre a poesia arcádica e a indígena, mantendo a mesma linha; explica que os autores de *O Uruguai* e *Caramuru*

[...] são citados e amados, como precursores da poesia brasileira. A razão é que eles buscaram em roda de si os elementos de uma poesia nova, e deram os primeiros traços de nossa fisionomia literária, enquanto que outros, Gonzaga por exemplo, respirando aliás os ares da pátria, não souberam desligar-se das faixas da Arcádia nem dos preceitos do tempo. Admira-se-lhes o talento, mas não se lhes perdoa o cajado e a pastora, e nisto há mais erro que acerto.

[...] não tomaria eu sobre mim a defesa do mau gosto dos poetas arcádicos [...]. Não me parece, todavia, justa a censura aos nossos poetas coloniais, iscados daquele mal; nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para a independência literária [...], quando entre a metrópole e a colônia criara a história a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação. As mesmas obras de Basílio da Gama e Durão quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora (p. 802).

Não obstante o fato de que é constatável que essas afirmações manifestam uma visão nítida da literatura brasileira do século XVIII, da época imediatamente anterior à sua, da literatura contemporânea e da situação de “homogeneidade” entre metrópole e colônia, um Machado mais cético e desencantado deixa claro que a poesia arcádica brasileira não incorporou a realidade que a cercava, prendendo-se exclusivamente às regras neoclássicas importadas. Ao mesmo tempo, poemas como *O Uruguai* e *Caramuru*, apesar de “ostentarem” um conteúdo de imagens nacionais, “nada européias”, também não podem ser considerados puramente brasileiros. Frente a esses casos, Machado privilegia os autores à margem da moda neoclássica e não adeptos à ostentação da cor local, que teriam efetivamente se engajado no compromisso com o caráter nacional da literatura brasileira e, mais que isso, teriam se aproximado mais da

realidade do país. Em suma, na opinião do crítico, uma literatura brasileira não poderia *surgir* a partir dos excessos (de moda literária ou de uso da cor local), mas deveria resultar do bom senso na representação que abandonasse o pitoresco em favor da situação do país recém-independente em relação ao mundo.

Encaradas do ponto de vista da crítica contemporânea, as considerações de Machado sobre a poesia arcádica são radicais porque extremam os conceitos de manifestação literária como expressão da cultura do colonizador (ou do colono europeizado), fato este que pode ser encarado, do ângulo político, como reafirmador do processo de colonização;⁴ daí uma possível razão para não cultivar aqui o que já fora cultivado na metrópole. Todavia as considerações de Machado são louváveis na medida em que enxergam esse descompasso, ou seja, qual seria a razão de uma poesia neoclássica no tempo, no espaço e no talento de Tomás Antônio Gonzaga? A visão crítica machadiana valoriza a *liberdade* de se utilizar, naquele momento, ao menos uma outra poética de imagens, desde que a tendência de se considerar a presença da cor local como índice de caráter nacional da literatura não seja a solução exacerbada. Não é preciso deixar de lado as imagens de uma estética européia e utilizar exclusivamente as imagens que representam a idéia das origens do país. Conseqüentemente, os resultados da incorporação do índio como força pitoresca e humana na literatura (a proclamação do índio como símbolo da terra e dos sentimentos locais, e inclusive o indianismo após 1840) também não parecem transmitir autenticidade para o crítico, devido ao descompasso entre as imagens “primitivas” da vida indígena e a vida brasileira, real, que se urbanizava nos moldes europeus.

Se Machado exigia a “emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina”, sempre entendia que o processo é vagaroso: para a literatura, “não há gritos do Ipiranga” (“O passado, o presente e o futuro da literatura”, p. 787). Dessa forma, deixava claro que certa dependência cultural seria, até certo ponto, natural, devido à situação de povo colonizado. Entretanto, passadas as “erupções revolucionárias” e as “lutas fraticidas” no campo político, deveriam aparecer, no campo intelectual, as “lutas da inteligência”, e a sociedade deveria entender que a posição de todos os talentos daquela atualidade literária não era contrária à aspiração do progresso material; o predomínio exclusivo deste é que seria uma fatalidade. Machado parece advertir a sociedade recém-independente contra os males de ser lançada diretamente às maravilhas da urbanidade copiada sem constituir um público leitor capaz de acolher os talentos. Diante disso, o crítico prega a literatura como uma espécie de compromisso com a definição das tendências de arte, de público e de crítica nacionais.

A dependência cultural tem implicações especiais no caso das literaturas latino-americanas. O processo de “autonomia” foi transferindo a dependência. O século XIX brasileiro, por exemplo, viveu uma espécie de impasse quanto à

⁴ Ao tratar da imposição e adaptação cultural na formação da nossa literatura, na década de 1960 Antonio Candido menciona os modos de imposição de valores do processo colonizador, porém exclui a poesia lírica como portadora dessas intenções. No caso específico dos poetas arcádicos, o crítico argumenta que, mesmo no nível dos recursos literários, a imposição de padrões culturais permitiu à literatura contribuir para formar uma consciência nacional, pois há um ajuste da tradição, da moda literária ao meio; passa a existir, “ao lado da disciplina [do estilo clássico], uma considerável liberdade; e da combinação de ambas formou-se a expressão ao mesmo tempo geral e particular, universal e local, que a literatura do tempo da Colônia transmitiu como conquista sua.” A. CANDIDO, “Literatura de dois gumes”, in A

Educação pela Noite e Outros Ensaios, 2a. ed., São Paulo, Ática, 1989, p. 163-180.

⁴⁹ A. CANDIDO, "Literatura e subdesenvolvimento", in *A Educação pela Noite e Outros Ensaios*, op. cit., p. 51.

⁵⁰ M. de ASSIS, *Crítica Literária*, Rio de Janeiro, Jackson, 1950 (Obras Completas, v. 29), p. 119. As infelicidades na imitação de Victor Hugo são mencionadas no comentário aos poemas do chileno Guilherme Malta (em carta ao Conselheiro Lopes Neto) e serão mencionadas novamente no artigo "A nova geração".

caracterização da cultura nacional: na tentativa de eliminar o que não era nativo (ou banir o modelo português), diversificaram-se os modelos europeus; ao tentar eliminar as influências francesas e inglesas, ficava-se com a imposição cultural portuguesa. De qualquer modo, outras literaturas européias tornaram-se modelo para a literatura brasileira, a partir do século XIX. É, de fato, uma influência inevitável, quase natural.⁵ Machado de Assis aceita a influência, conforme expressa em diversos artigos – até a influência francesa no metro alexandrino, por exemplo, é vista como positiva por contribuir com a renovação das formas ("A nova geração", p. 814). Traça, porém, limites entre a influência e a imitação: o "imitador servil" copia "os contornos do modelo" e não passa daí,

como fazem os macaqueadores de Victor Hugo, que julgam ter entrado na família do poeta, só com reproduzir a antítese e a pompa da versificação. O discípulo é outra coisa: embebe-se na lição do mestre, assimila ao seu espírito o espírito do modelo.⁶

A recepção de influências pela literatura em formação é vista com simpatia, desde que os autores representem o seu contexto, a fim de atingir o objetivo de renovar, recebendo a influência, sem abandonar a continuidade do processo literário, mantendo as relações entre literatura e realidade social. Nesse sentido, a influência literária faz-se *necessária*, e ainda mais para um país em formação. Só que o modelo deve ser transformado e reinterpretado para que tome corpo no meio literário que o requisitou e para que não chegue a ferir a individualidade do autor que o utiliza. Daqui surgem perguntas que Machado propunha através da crítica e que responderia, primeiro com a própria crítica, e depois incansavelmente com a sua ficção: o que a literatura brasileira requisitava dos modelos europeus, o que era imprescindível copiar, o que deveria ser transformado e como operar essa transformação?

3

Machado discutiu um problema de influência entre os poetas românticos chamando-o "mal *byrônico*" ("Fagundes Varela: *Cantos e Fantasias*", p. 857-858) – a "influência dominadora" de Byron, concentrada no decênio de 1850, principalmente. Explorou essa influência partindo do fato de que o "desespero" de Byron não existia nos poetas brasileiros; o poeta inglês "operava o milagre de fazer do cepticismo um elemento poético", e os "imitadores", glosando um mesmo tema invariável em formas elegantes, exprimiam um estado de imaginação "nocivo aos interesses da própria originalidade", porque não procedia "nem das disposições morais, nem das circunstâncias da vida". A "moléstia" da vertente brasileira da poesia *byrônica* diferia muito da original e acabava apresentando "um triste cepticismo de segunda edição" ("Álvares de Azevedo: *Lira dos Vinte Anos*", p. 893). Infelizmente, o crítico não se aprofunda nos resultados formais do romantismo brasileiro, e deixa de apontar claramente as conseqüências de uma provável influência na manifestação textual. Mas

este procedimento deixa a desejar somente ao interesse que se prenda à crítica literária que já passou pelas correntes estruturalistas.

O que importa constatar é que Machado parte da impressão causada pela poesia de Byron nos poetas românticos brasileiros enquanto fenômeno de âmbito psicológico. Nossos poetas teriam se impressionado demais com aspectos discutíveis da fonte, como o tédio e o ceticismo transformados em sistema – em outras palavras, com uma “primeira edição” que talvez já estivesse fora de tom. Machado aponta o mau aproveitamento da influência ressaltando a incapacidade de transcendê-la esteticamente; a “segunda edição” corria o risco de se dissolver, pois não tinha nem ao menos o mesmo contexto da primeira. Assim, na visão de Machado, e se interpreto bem, a influência de Byron parece ter resultado duplamente oca no âmbito estético, porque produziu uma poesia que, além de estar vazia de contradições da vida do próprio poeta, vai contra o ideal (também importado) de individualidade dos românticos, que prezava a “originalidade” enquanto marca pessoal e quase depreciava a imitação.

Machado parece entrever um resultado positivo das influências sobre Álvares de Azevedo, porque estas se aliaram, na formação de um projeto literário, à autenticidade individual. No artigo em que trata da *Lira dos Vinte Anos*, o crítico agrupa as fontes de inspiração do jovem poeta, mas enfatiza que suas predileções não traçavam limites literários. Nas palavras do crítico, tratava-se de “um consórcio de elementos diversos, revestindo a própria individualidade” (p. 894). A *Lira* demonstra uma melancolia sincera, portanto parte da vida. A sensibilidade do poeta era autêntica, e, ainda que os defeitos e incertezas da sua arte não tivessem encontrado tempo para se corrigir, a sua poesia transcende as fontes, cuja influência no autor passa a ser *genética* – a fonte é vivida como parte da experiência e é incorporada na consciência do escritor, pronta para aparecer repentinamente durante o ato de criação.

Ainda que as considerações de Machado de Assis não sejam profundamente teóricas, não se aprofundem nas realizações estéticas propriamente ditas e nem realizem estudo comparativo, deixam transparecer o tratamento da obra literária como produto essencialmente humano, capaz de despertar interesse pelos seus elementos contextuais. Mesmo que não explore cuidadosamente na feitura de sua crítica a estrutura das obras, Machado parece entendê-la graças à noção da formação do texto a partir do contexto⁷ que, no caso brasileiro, implicava uma estrutura inserida num conjunto ideológico moderno, porém muito particular, bem diversa dos seus modelos. A ficção machadiana pôs em prática esse entendimento.

4

A preocupação com a literatura enquanto “aspecto orgânico da civilização” desdobra-se na crítica machadiana através da manifestação do

⁷⁾ Segundo Antonio CANDIDO, a literatura também nos interessa pela sua ligação com o mundo em que vivemos, daí o interesse pelos elementos contextuais. Após um “momento analítico”, que se debruça sobre a obra exclusivamente como objeto de conhecimento, o estudo da obra literária chega ao momento crítico, no qual deve-se indagar a validade da obra e sua função como síntese e projeção da experiência humana. “A literatura e a formação do homem”, *Ciência e Cultura*, 24, set. 1972, p. 803-809.

desejo de ver a literatura praticada e discutida, desvinculada do caráter de culto, de dogma intelectual. Para o crítico,

o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende (“O passado, o presente e o futuro da literatura”, p. 788).

Dessa forma, se não quer derrubar, Machado parece querer ao menos balançar o literato que está na posição privilegiada de membro de uma elite intelectual, para que deixe de se preocupar exclusivamente com o projeto de “independência literária” no sentido pessoal e nacional. De um lado, o literato está sujeito a produzir obras com pouco valor representativo; de outro, deixaria de interferir, por meio de sua literatura, no panorama literário internacional.

Machado também percebe e separa as meras manifestações literárias (de uma época na qual floresciam poetas, mas se anulava a possibilidade de um movimento intelectual) da existência fecunda e progressiva de todas as formas. A consciência da necessidade da ampliação do público e da orientação dos gostos dá voz a uma noção de literatura como sistema que, para Machado, envolvia a articulação das manifestações literárias, da crítica e do gosto do público num movimento dinâmico.

Em 9 de janeiro de 1866, Machado abre seu artigo na “Semana literária” do *Diário do Rio* com a dura constatação de que os livros dignos de exame da crítica são cada vez mais raros, e as duas razões para isto estão imbricadas:

[...] uma de ordem material, outra de ordem intelectual. A primeira, que se refere à impressão dos livros, impressão cara, e de nenhum lucro pecuniário, prende-se inteiramente à segunda que é a falta de gosto formado no espírito público (“Propósito”, p. 841).

Adiante, o crítico observa que há um inconveniente mais grave: “o cansaço que se apodera dos escritores, na luta entre a vocação e a indiferença.”

O único remédio vislumbrado pelo autor é a crítica, que pode comunicar ao leitor as concepções literárias, guiando a escolha e ajudando a formar a opinião; a crítica seriamente empenhada não deixará as “obras mediocres” resistirem por muito tempo, e seus autores não acompanharão “um gosto mal formado” (p. 841-842). O mais interessante é que os sinais de um pessimismo e de uma descrença de Machado, que aflorariam na sua ficção e na sua crítica na segunda metade dos anos 70, já se encontram nesse consciente ponto de vista.

É preciso recordar que nos anos 60 um estímulo para sentimentos cívicos que não se espalhavam desde as agitações revolucionárias da época da Independência compensou, de certa forma, os graves efeitos da guerra do Paraguai, e tomou parte na intensa agitação política, artística e social no país.

O decênio é marcado pela poesia participante e grandiloquente, pela intensificação da produção novelística. Entre 1868 e 1871, organiza-se o Partido Republicano, agrava-se o problema da escravidão, surge a Questão Religiosa; no exterior, davam-se a Revolução Espanhola, a guerra franco-prussiana, a República francesa, a Comuna de Paris. É uma época em que tudo é posto em discussão no meio intelectual brasileiro, em busca de novos rumos, à luz do positivismo, do evolucionismo, do darwinismo, do naturalismo, do folclore, da crítica religiosa, de novos processos de crítica e de história literária.⁸ Com tantas idéias novas, é no mínimo suspeitável que tenha havido alguma incoerência, um certo desencontro e até contradições após a recepção de tantas linhas ideológicas por aqui, naquele tempo. De qualquer forma, a década de 70 formou uma geração de variadas tendências críticas, ou uma “geração autocrítica”, na expressão de Roger Bastide.

Há uma frase lapidar da crítica de Machado, que, ao lado do tom satírico de contos como “Teoria do medalhão” e “Evolução”, procura estabelecer um limite para as importações das “modas” científicas (e, conseqüentemente, intelectuais) e advertir contra os resultados de uma possível discrepância produzida pelo exagero do ornato. Afinal, o projeto de bacharéis combatentes para a fundação de um Brasil moderno era legítimo, porém seu método prejudicava a própria idéia importada:

[...] a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; [...] o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente (“A nova geração”, p. 836).

O caráter ornamental do saber e da cultura faz parte da tradição colonial e ibérica; no Brasil, entretanto, o saber e a cultura “modernos” implantavam-se, principalmente durante o século XIX, num contexto aparentemente incompatível, mas que os acolheu e ainda os transferiu para as escalas artística, política e social. Na prática, as perguntas a que me referi anteriormente, acerca da necessidade das importações, foram respondidas pelo meio intelectual brasileiro com uma desconsideração total das possíveis dissonâncias. O resultado mais dramático – não se fundou um país moderno – só seria notado de modo amplo pelos escritores na passagem do século.

Machado não vê utilidade na cópia artística servil, resultado da imitação do estilo, tema e atitude de um modelo. Mesmo tendo entendido a emancipação literária como um longo processo, inacabado em pleno século XIX e sujeito a equívocos, segundo o crítico o provincianismo da imitação pura deve ser eliminado, mas não pode ser substituído pela rotinização de influências. As reflexões de Machado colocam-se contra o nacionalismo meramente temático e não reduzem o texto literário aos elementos de conteúdo; além disso, não

⁸ A. PEREIRA, “Instinto e consciência de nacionalidade”, in A. BOSI *et al.*, *op. cit.*, p. 376.

apontam para a expressão do desejo de autenticidade através de uma “linguagem estranha” – o que, de fato, aconteceu com a literatura brasileira durante o movimento romântico e no pastiche seguinte, o naturalista.

A posição contra a cópia mantida por Machado não espelha “contorções do amor-próprio brasileiro (de elite)” como teria sido a inquietação de Sílvio Romero, segundo Roberto Schwarz.⁹ Ao indignar-se contra a cópia (e também contra a literatura indianista), o crítico pernambucano propõe como a verdadeira essência da história pátria o mestiço; utiliza o mesmo critério etnográfico para explorar as falhas da produção literária de Machado de Assis. De outro lado, a posição crítica de Sílvio Romero animava-se com as transformações culturais e políticas, promovidas pela elite intelectual. Em suma, não chegava à filigrana dos procedimentos de importação cultural e não descia os degraus que separavam o intelectual da realidade brasileira. Original e cópia são tomados por Romero e por outros críticos como conceitos fixos, sem a observação do que realmente conta: as diferenças socio-político-econômicas entre a fonte e o receptor. O resultado eram escândalos retóricos e pouco aprofundamento.

O instinto de nacionalidade desdobrou-se como traço na literatura da época de Machado de Assis, presente nas obras que traziam “os toques nacionais” e na opinião que as privilegiava. Como crítico, o escritor constatou esses sinais e se propôs examinar, no artigo extremamente lúcido e cuidadoso de 1873, as condições ligadas ao processo de criação e oferecidas pelo *meio* para uma nacionalidade literária, para uma literatura independente. Como as atenções daquele momento voltavam-se para essa aspiração, o “instinto de nacionalidade” era fato atualíssimo.

As tribos indígenas, conforme já discutido, representaram as primeiras intenções de busca de uma personalidade literária; depois, segundo Machado,

Entrou a prevalecer a opinião de que não estava toda a poesia nos costumes semibárbaros anteriores à nossa civilização, o que era verdade, – e não tardou o conceito de que nada tinha a poesia com a existência da raça extinta, tão diferente da raça triunfante, – o que parece um erro (“Instinto de nacionalidade”, p. 802).

Portanto, e reiterando a posição decididamente contrária aos extremos, as manifestações francamente “indígenas” foram válidas na medida em que marcaram a presença de um elemento nacional, explorando esteticamente um legado brasileiro e universal; falharam, porém, ao proclamá-lo como único. O patrimônio da literatura brasileira podia oferecer os costumes urbanos e a natureza americana, que, de fato, serão muito explorados no romance. No entanto, uma obra literária pode trazer assuntos que pertencem a toda a humanidade – e, nesses casos, o artista não é menos nacional. A imaginação precisa dar o tom às simples manifestações de “nacionalidade de vocabulário”, e o artista deve se preocupar com as complexidades do elemento humano.

⁹ R. SCHWARZ, “Nacional por subtração”, *op. cit.*, p. 42–43.

O desempenho do romance frente à crítica machadiana espelhava o panorama literário da época. Faltava ao romance brasileiro mais análise de paixões e caracteres, e também mais interesse pelos “problemas do dia e do século”, pelas crises sociais e filosóficas; faltava-lhe, principalmente, uma crítica (ou autocrítica). Pacientemente, ao longo de “Instinto de nacionalidade”, Machado investiga e tenta corrigir sutilmente alguns procedimentos, com incríveis comedimento e imparcialidade. Uma tolerância impecável não lhe permitiu enxergar as coisas de um só ângulo, muito menos compactar todo um processo de funcionamento cultural, intelectual e literário na qualificação de inautêntico, postição ou imitado. Reiterava sempre o papel da análise crítica, que deveria estabelecer a sua investigação e a sua influência no movimento literário nacional.

5

O bom senso da crítica de Machado de Assis vem da sua experiência pessoal e da especulação teórica, esta última contribuindo em menor escala, talvez porque o amadurecimento do crítico tenha dependido da prática crescente em explorar a história literária e intelectual do Brasil utilizando-se de um estilo capaz de transitar entre vários assuntos. Nesse sentido, as crônicas e seu caráter híbrido de jornalismo e literatura tiveram um papel essencial na formação do crítico literário.

Na concepção de Machado, a mão do escritor “transfigura com a varinha mágica da arte” os fatos levantados a partir da realidade; por isso, o que conta é a habilidade do escritor na pintura do caráter das suas personagens; quanto mais essa habilidade se distancie do simples esboço de tipos, maior será a impressão causada no leitor, bem como a conservação das sensações despertadas pelos acontecimentos movidos pelo caráter das personagens. Em outros termos, é mais importante para a ficção a caracterização original e bem elaborada das paixões humanas do que os sentimentos que estão em jogo; só com essa força a obra pode chegar “inalterável e pura, aos olhos severos da posteridade”. A ficção também não pode operar a “substituição do principal pelo acessório”, transplantar a ação “dos caracteres e dos sentimentos para o incidente, para o fortuito”; isso seria “incongruente e contrário às leis da arte” (“Eça de Queirós: *O Primo Basílio*”, p. 910).

A partir daqui, um raciocínio interessante poderia tratar da concepção machadiana acerca dos cuidados que o escritor deve tomar para que sua obra atinja a perfeição estética antes de naufragar com o projeto ético ou com a impressão moral. Afinal, segundo Machado, “a impressão moral de um livro não se faz por silogismo” (“*O Primo Basílio*”, p. 912). Apesar de tentador, esse caminho não me interessa no momento. Há um outro aspecto ligado ao “poder universalizante” da literatura, segundo a concepção acima. Trata-se da capacidade de representar na ficção problemas essencialmente humanos ao lado de elementos locais, ou seja, as complexidades do caráter inserido numa

realidade singular – a realidade brasileira, com todas as peculiaridades ideológicas, num resultado estético que transcende a forma.

Machado de Assis acreditou na busca de assuntos pela literatura na sua própria região, mas não exclusivamente, isto é, jamais fez disso a pedra de toque da sua crítica e da sua ficção. Aliás, a natureza do discurso ficcional machadiano parece ter chegado ao ponto em que o discurso crítico não tocou incisivamente, provando que o texto literário pode comportar uma carga de mundo sem a referência temática ou conceitual explícita, sem fazer da paisagem um mero enquadramento mostrado pela descrição; a composição pode se organizar de modo a fazer da paisagem, da cor local ou da sociedade em questão elementos essenciais da fatura, *relativos* à natureza das personagens, à voz narrativa, etc. Por fim, a própria crítica machadiana sempre esteve voltada para a universalidade dos temas: um escritor poderá tratar de assuntos remotos no tempo e no espaço, ou mesmo estranhos à história de seu país, desde que possua um “certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país” (“Instinto de nacionalidade”, p. 804).

Com essa assimilação de fatores paisagísticos e humanos entre os fatores estéticos da obra (e não como simples registro), seja qual for o seu tema, ela poderá contribuir para suprir a necessidade de ficção que todos nós sentimos. E poderá, principalmente, constituir uma forma de conhecimento de uma determinada sociedade e, ao mesmo tempo, do próprio ser humano. A crítica, por sua vez, atenta à realização estética como expressão de uma concepção, de uma idéia, cumpre mais satisfatoriamente a função de orientar o público leitor e a produção literária quanto mais se volta para essa finalidade dialética da literatura. A meu ver, a direção da crítica machadiana foi exatamente essa. Todavia a literatura no Brasil sofreu as conseqüências do descompasso das idéias importadas, além dos problemas estéticos normais de uma literatura em formação. Não há dúvida de que Machado percebeu os problemas e resolveu denunciá-los e enfrentá-los por todas as vias de seu projeto literário.

ABSTRACT: Writing about literature, Machado de Assis discuss some problems in the interest of the investigation about kinds of literary representation in a “new country”. The critical leave out polemics and inefficient declarations: he analyses, for example, foreigners ideas imported by intellectuals, conditions of brazilian literature and the politic function of writers.
KEYWORDS: Critical Theory and Literature; Nacionality and Universality

Texto elaborado em julho/agosto de 1995 para a disciplina *Literatura Comparada: conceitos e problemas*, ministrada pela Profa. Dra. Sandra M. Nitrini.